

## ANÍSIO TEIXEIRA, CURRÍCULO, ESTUDO DA CULTURA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NAS ESCOLAS

## ANÍSIO TEIXEIRA, CURRICULUM, STUDY OF CULTURE AND CONSTRUCTION OF IDENTITIES IN SCHOOLS

Jorge Eschriqui Vieira Pinto<sup>1</sup> - UFG

### RESUMO

Este artigo analisou a relevância do estudo da cultura nos programas curriculares da educação básica para a construção de identidades no pensamento de Anísio Teixeira. Para o educador, os currículos escolares nacionais devem ser constituídos, de um lado, por uma parte fixa na qual são abordados os conteúdos resultantes do conhecimento produzido ao longo da história da humanidade e, de outro, por uma parte variável que inclui saberes referentes às diversas culturas locais presentes no Brasil. Para a realização desta análise, adotou-se um estudo qualitativo sobre a concepção anisiana de currículo como peça viva do sistema escolar adaptada à realidade nacional e local e à demanda social pela valorização da pluralidade cultural e da constituição de identidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anísio Teixeira; Currículo; Cultura; Identidade.

### ABSTRACT

This article will analyze the relevance of the study of culture in basic education curricula for the construction of identities in the thinking of Anísio Teixeira. For the educator, the national school curricula must be constituted, on the one hand, by a fixed part in which the contents resulting from the knowledge produced throughout the history of humanity are addressed and, on the other hand, by a variable part that includes knowledge related to the different local cultures present in Brazil. To carry out this analysis, a qualitative study will be adopted on the anisian conception of curriculum as a living part of the school system adapted to the national and local reality and to the social demand for the valorization of cultural plurality and the constitution of identities.

**KEYWORDS:** Anísio Teixeira; Curriculum; Culture; Identity.

DOI: 10.21920/recei7202282811311144

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7202282811311144>

<sup>1</sup>Pós-Doutorando em História pela UFG. Mestre e Doutor em História pela UNESP. Graduado em História pela UnB. E-mail: [jschriqui@yahoo.com.br](mailto:jschriqui@yahoo.com.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5359-6264>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a relevância dada por Anísio Teixeira à presença da cultura geral nos programas curriculares da educação básica como o meio dos alunos terem contato com as ideias e os conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade que possam ser úteis para a compreensão da realidade e a busca de soluções para os problemas individuais e coletivos no mundo contemporâneo e, por outro, ao estudo das culturas nacional, regional e local para que as crianças e os jovens entrem em contato com a pluralidade de valores, hábitos, costumes, tradições e comportamentos que formam a identidade cultural dos diversos grupos sociais e das várias comunidades que constituem a nação brasileira.

No caso específico do estudo dos aspectos constituintes das culturas nacional, regional e local, faz-se necessário não apenas o contato dos estudantes com os produtos dessas culturas, mas é preciso aprendê-las efetivamente através da análise, da observação e do pensamento crítico e reflexivo sobre os seus processos históricos de formação – as origens, as aculturações decorrentes dos contatos entre diversas raças e etnias que compuseram a sociedade brasileira e as resistências ao longo da história nacional de determinados grupos pela preservação de suas culturas –, as lutas de setores sociais e comunidades locais e regionais no tempo presente pelo reconhecimento do Estado e da sociedade em geral de suas manifestações e identidades culturais e pela preservação de suas memórias históricas, as transformações pelas quais passam as diversas expressões culturais no transcorrer do tempo e das sucessivas gerações, cabendo aos ascendentes transmiti-las e aos descendentes aprendê-las, preservá-las, reinventá-las e utilizá-las ao longo da vida como instrumentos para a formação identitária individual e coletiva e o entendimento do “eu”, dos “nós” e do “outro”. Segundo Anísio Teixeira,

a melhor compreensão, hoje, do fenômeno social de educação nos leva a conceituar as instituições educativas como instrumentos da transmissão da cultura, sua consolidação e sua renovação. Estudar, pois, a educação corresponde realmente a verificar em que grau a cultura de um povo está sendo mantida e nutrida para sua integração e renovação, como fenômeno histórico, dinâmico (TEIXEIRA, 2005, p. 115).

A partir dessa perspectiva anisiana sobre a presença do tema cultura nos programas curriculares, este artigo traz como pontos de problematização e reflexão que devem ser considerados fundamentais durante o processo de ensino e aprendizagem por parte dos educadores:

(1) As ideias e os conhecimentos constituintes do legado cultural deixado pelos antepassados ao longo da história da humanidade – que são selecionados e adaptados à realidade da sala de aula pela Pedagogia a fim de se tornar didaticamente possível o ensino e o estudo deles pelos alunos – não devem ser tratados como assuntos ou temas dos componentes curriculares das disciplinas visando apenas à erudição e sem aplicabilidade às reais necessidades e à solução das situações problemáticas individuais e coletivas do tempo presente, criando-se nos estudantes a percepção de uma suposta artificialidade dos saberes escolares, pois a justificativa para a presença de qualquer assunto ou tema nos currículos está em sua utilidade para a compreensão da realidade atual e como guia de orientação da atuação consciente do indivíduo diante dos desafios impostos pelo mundo contemporâneo. Afinal,

a escola não pode ser, simplesmente, a casa onde se vão *estudar* alguns fatos e algumas habilidades mecânicas previamente determinadas em programas fixos.

Perde-se, por esse modo, a oportunidade de aprender o que é verdadeiramente importante para a vida do aluno. Se o que se aprende não se pode, então, determinar exclusivamente programas e pelas lições, a escola tem que tomar um rumo todo novo. A escola tem que se transformar em um meio real, de experiências reais e de vida real. Só aí a criança poderá, sem deslocamentos artificiais, criar seus propósitos, pô-los em execução, aprender por meio deles e integrar os resultados de sua aprendizagem em sua própria vida (TEIXEIRA, 1967b, p. 34-35).

(2) A relação entre os componentes curriculares e os diversos aspectos das culturas nacional, regional e local constituem-se num importante recurso pedagógico para despertar o interesse dos educandos para os conteúdos abordados em sala de aula, uma vez que aproxima a instituição de ensino da realidade extraescolar vivenciada cotidianamente pelas crianças e pelos jovens em seu bairro, sua cidade, seu estado e seu país. Contribui ainda para que os alunos possam construir a sua identidade individual e coletiva a partir da compreensão dos valores, dos hábitos, dos costumes, das tradições e dos comportamentos que compartilha com a coletividade na qual está inserido a partir do estudo comparativo com a cultura de civilizações, povos, sociedades e grupos em diferentes espaços e tempos históricos e cria os hábitos de tolerância, de respeito e de valorização da diversidade cultural que são essenciais para a convivência com a pluralidade de grupos raciais, étnicos, religiosos, regionais, socioeconômicos etc. na escola e na comunidade local que contribuem para a formação histórica da sociedade brasileira. De acordo com Anísio Teixeira,

logo que as culturas se fazem conscientes, entram a variar e diversificar, e eis aí o que assegura o seu continuado crescimento e maior florescimento. A unidade decorre, então, do grau de consciência que possui a comunidade para integrar, vitalmente, as mudanças, variedades e diversificações. É a percepção e o conhecimento desse processo de crescimento que promovem e alimentam a nova, sempre nova unidade dinâmica da cultura. Neste sentido é que a escola, sendo um dos processos de transmissão da cultura e de transmissão em grande parte consciente, ajuda e promove a unidade cultural, na medida em que retratar essa cultura com fidelidade e riqueza, em todo o seu dinamismo. Na medida, porém, em que a deformar ou a retratar só parcialmente, ou se recusar a lhe perceber as diversificações e as mudanças, poderá operar como um fator de bloqueio, de estagnação e, por conseguinte, de desagregação ou de degeneração (TEIXEIRA, 1976, p. 340).

Este trabalho justifica-se, primeiramente, pela aprendizagem proporcionada pela escola das heranças culturais legadas por diferentes povos, civilizações e sociedades que contribuem como guias de orientação para as ações individuais e coletivas das novas gerações no tempo presente. Tais heranças encontram-se presentes nos componentes curriculares devido à seleção de conhecimentos baseada nas demandas sociais exigidas da educação escolar em diferentes períodos históricos de forma que possam constituir-se para os alunos como importantes instrumentos para a observação, análise e reflexão da realidade e para a aplicação de saberes eficazes na solução dos problemas que se apresentem durante as experiências de existência pessoal e coletiva no mundo contemporâneo.

Afinal, a validade de toda forma de conhecimento deve-se à sua efetiva aplicabilidade nas diferentes experiências vivenciadas pelos indivíduos e pela sociedade cotidianamente. Em segundo lugar, a presença das culturas nacional, regional e local faz-se necessária nos currículos

escolares em decorrência de sua relevante contribuição para a formação das identidades individuais e coletivas dos estudantes, sendo construídas a partir dos valores, dos hábitos, dos costumes, das tradições, dos comportamentos e das visões de mundo compartilhados num grupo e/ou meio social que orientam o posicionamento e a ação do ser humano diante dos demais indivíduos e do mundo.

Anísio Teixeira defende a elaboração de programas curriculares na educação básica que contribuam para a maior aproximação entre a vida dos estudantes e o ensino dos conteúdos ministrados pelas disciplinas escolares. Nesse sentido, torna-se fundamental que os currículos apresentem os objetivos, os métodos e a finalidade do estudo de cada um dos variados assuntos de cada disciplina, não se perdendo de vista a necessidade de orientá-los de forma a integrá-los à realidade discente e às demandas sociais de cada período histórico, o que cria as condições favoráveis para que o aluno perceba a relevância de cada conteúdo para sua:

(1) Compreensão crítico-reflexiva do meio como requisito para a atuação como ator capaz de contribuir para a transformação da realidade, pois “a finalidade suprema da educação escolar é a de levar a criança à participação no sentido, nos valores e na conduta da sociedade a que pertence” (TEIXEIRA, 1967a, p. 68).

(2) Adaptação aos desafios colocados por um mundo em constante mudança determinada pelo desenvolvimento da ciência e das tecnologias de produção, informação e comunicação, pela integração das economias em escala mundial e pelas demandas cada vez maiores de formação e capacitação por parte do mercado de trabalho. Em outras palavras, observa-se na modernidade o nascimento de uma

civilização, essencialmente dinâmica, onde o ‘progresso material’ promete tudo vir a mudar, em escala cada vez mais crescente, e onde a visão social e moral sofre, naturalmente, transformações correspondentes. Esse novo homem, com novos hábitos de adaptabilidade e ajustamento, não pode ser formado pela maneira estática da escola tradicional que desconhecia o maior fato da vida contemporânea: a progressão geométrica com que a vida está a mudar. Nós podemos perceber a nova finalidade da escola, quando refletirmos que ela deve hoje preparar cada homem para ser um indivíduo que pense e que se dirija, por si, em uma ordem social, intelectual e industrial eminentemente complexa e mutável. Hoje, sem nenhum exagero, se quisermos que a nova ordem de coisas funcione com harmonia e integração, precisamos que cada homem tenha as qualidades de um líder. Pelo menos a si ele tem que guiar, e o tem que fazer com mais inteligência, mais agilidade, mais hospitalidade para o novo e imprevisto (TEIXEIRA, 1930, p. 14-15).

(3) Percepção enquanto indivíduo dotado de uma identidade (o “eu”), sendo

absolutamente necessário que a educação seja um processo de incorporação pelo aluno da cultura real da sociedade; e não um acréscimo, não um ornamento, não um simples processo informativo. Só conseguiremos transmitir a cultura e o saber quando transformarmos as nossas instituições educacionais em instituições realmente embebidas no solo brasileiro, na terra brasileira, a refletirem a peculiaridade brasileira e o modo de pensar brasileiro (TEIXEIRA, 2002, p. 284).

A partir do entendimento dos valores, dos hábitos, das crenças, das tradições, dos comportamentos e dos valores de mundo compartilhados pelos grupos, pelas instituições e pela

sociedade de que faz parte e da compreensão do “outro”, tanto através do estudo de diferentes civilizações do passado e do presente, como por meio da experiência prática da convivência com a pluralidade cultural no ambiente escolar. Desse modo, os currículos não se restringem apenas a serem meros instrumentos formais de orientação do processo de ensino-aprendizagem, mas também se constituem em peças vivas do sistema escolar, uma vez que estão em permanente sincronia com as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais e as demandas da sociedade em diferentes períodos históricos. Conforme Anísio Teixeira,

a aprendizagem resultante do processo educativo não tem outro fim, senão o de habilitar a viver melhor, senão o de melhor ajustar o homem às condições do seu meio. A escola deve ser uma parte integrada da própria vida, ligando as suas experiências às experiências fora da escola. Desde que a escola e a vida não mais se distinguem, aprender importará sempre em uma modificação da conduta humana, na aquisição de alguma coisa que reaja sobre a vida e, de algum modo, lhe enriqueça e aperfeiçoe o sentido. Semelhante concepção de aprendizagem altera, substancialmente, o conteúdo e os métodos da escola (TEIXEIRA, 1967a, p. 59-60).

O artigo apresenta o tema do currículo na obra de Anísio Teixeira, considerando-se este educador um precursor na defesa da elaboração de programas curriculares que definissem objetivos e finalidades para o ensino dos conteúdos baseados no princípio da interação entre os conhecimentos e os saberes escolares e sua contribuição direta para a vida dos discentes, favorecendo, por conseguinte, a aprendizagem significativa dos diversos assuntos abordados em sala de aula. Dessa maneira, o programa curricular deve constituir-se

com a série de experiências e atividades em que a criança se vai empenhar na escola. Para a organização deste programa, devemos levar em conta as atividades da vida presente, que sejam necessárias ou desejáveis, e os processos adquiridos pela experiência humana para conduzir essas atividades a bom termo. A vida da criança está em uma das extremidades e em outra, a *suma* da experiência humana, representada pelas matérias escolares, pelos compêndios e pelos livros em geral. A função dessa experiência humana no processo educativo consiste em oferecer à criança a inspiração e, quando ela o necessite e solicite, o modelo para sua aprendizagem individual. O currículo ou o programa deve ser a série de atividades educativas em que a criança se vai empenhar para progredir mais rapidamente, de acordo com a sabedoria da experiência humana, em sua capacidade de viver (TEIXEIRA, 1967a, p. 62-63).

Ademais, Anísio Teixeira é abordado neste artigo como um educador inovador ao propor o estabelecimento de currículos que apresentassem, de um lado, uma parte fixa constituída por conteúdos referentes à produção científica e cultural produzida ao longo da história da humanidade e essenciais para a formação básica dos estudantes em todo o território brasileiro e, por outro, uma parte variável que abordasse temas de livre escolha por cada instituição de ensino a partir dos interesses de seu corpo discente. De acordo com Anísio,

hoje a tendência mais ou menos incontrovertida a respeito de programas escolares é no sentido de se estabelecer uma parte fixa e outra variável. Os currículos escolares devem ser organizados como se organiza uma dieta, com uma série muito variada de pratos, mas dizendo-se: - Estes e aqueles são

essenciais, podendo, no mais, completar a refeição à vontade escolhendo entre o que for oferecido. Deveria existir um número de matérias obrigatórias, que constituiriam, propriamente, o núcleo do currículo compulsório, sendo quaisquer outras optativas, permitindo-se assim adaptar-se o curso às necessidades do estabelecimento, da comunidade local ou dos alunos (TEIXEIRA, 1976, p. 202-203).

A parte variável dos programas curriculares contribuiria para que os alunos conhecessem a realidade física e social, a diversidade e a riqueza culturais presentes em sua cidade, sua região e seu estado, constituindo-se num fator primordial para a construção de sua identidade, pois

a diversificação é a condição de florescimento das culturas, e a uniformidade, a condição de sua morte e petrificação. A diversificação age contra os sinais de decrepitude e estagnação, revitalizando os próprios tecidos culturais em processo de mortificação provocada pela uniformidade e imutabilidade. Os nossos cuidados são mais no sentido de manter diversidades naturais e vivedouras, pois sabemos que uma cultura somente floresce a custa dos atritos e interações entre as suas diferentes modalidades e variedades. O entrecchoque consciente das diferenças e oposições é que cria a unidade dinâmica que, esta sim, todos devemos promover. Por aí é que a educação atua no desenvolvimento da cultura nacional. A educação faz-nos conscientes de nossa cultura viva e diversificada, e assim é que lhe promove a unidade, revelando-nos as suas particularidades e diferenças e fundindo-as em um processo dinâmico e consciente de harmonia e coesão (TEIXEIRA, 2005, p. 69-70).

A proposta de programas curriculares constituídos por uma parte fixa e outra variável, conforme está estabelecido no artigo 26 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já se encontrava presente na obra de Anísio Teixeira, o que comprova a relevância e a necessidade do estudo do pensamento deste educador para a compreensão histórica das ideias que culminariam na implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com o artigo 26 da LDB,

os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

Para Anísio Teixeira, o currículo deve constituir-se num documento que favoreça a integração entre a escola e a vida, o que demanda a criação das condições favoráveis para a aprendizagem significativa dos conteúdos das diversas disciplinas. Um dos instrumentos essenciais para a concretização de tal objetivo é o estudo da comunidade local e nacional e de suas manifestações culturais, pois isso contribuiria para que a criança ou o jovem não apenas conhecesse a realidade política, social e econômica de sua região e do país, mas também não se alienasse da cultura regional e nacional, facilitando assim, a integração social e a construção de sua identidade.

O nacionalismo no Brasil deve ser fundamentado no sentimento de pertencimento à nação, mas sem se deixar de reconhecer a importância da pluralidade de manifestações culturais locais, regionais e vários grupos sociais para a formação histórica da sociedade nacional. Em outras palavras, trata-se de um nacionalismo que busca a unidade nacional a partir da valorização

da pluralidade de culturas que existem num país de extensão continental como o Brasil, entendendo na diversificação um fator de demonstração da riqueza, organicidade e vivacidade do patrimônio cultural do país. Portanto,

quando se discute a unidade nacional e a educação, relacionando-as, não se está discutindo como a educação pode concorrer ou não para a unidade nacional, mas, de fato, como pode a escola concorrer para certo tipo de unidade nacional que se deseja preservar. A discussão é difícil e cheia de equívocos por isto mesmo. A escola, na sua função de fator de transmissão da cultura, promove a unidade desde que a retrate com fidelidade e riqueza, e contribua para que se torne mais consciente. Essa unidade, porém, preexiste à escola, que apenas a prolonga nas novas gerações. A discussão, na realidade, é a do conceito de unidade nacional. Se unidade nacional é uniformidade nacional, então, a escola ter-se-á de fazer a defensora da uniformidade, da linearidade e da unitariedade, que são antes obstáculos à real unidade do que fatores do seu desenvolvimento. Se a unidade nacional é, porém, o resultado dinâmico do jogo de forças diversas dentro de um espírito comum, então a escola terá de se fazer a defensora dessa diversificação, como condição mesma de manutenção da unidade nacional (TEIXEIRA, 2005, p. 73).

O processo de ensino-aprendizagem pode ser facilitado a partir do trabalho interdisciplinar dos professores das diversas disciplinas com temas como o estudo do bairro, da cidade, da região e do estado, do país e dos seus problemas e possíveis soluções, da história regional e nacional, dos grupos sociais, étnico, raciais e culturais que compõem a comunidade local e nacional, entre outros. A concepção anisiana de currículo entende-o como um documento fundamental para o ajustamento da escola mais vivamente às necessidades e aos interesses do aluno, sendo esses dois aspectos considerados fatores primordiais para a boa qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação básica.

## METODOLOGIA

Este artigo constitui um tópico do projeto de pesquisa de pós-doutorado que o autor está desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Goiás, na linha de pesquisa em Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História, entre janeiro de 2021 e junho de 2023, intitulada A Teoria da Educação de Anísio Teixeira e a Constituição de uma Cultura Política Democrática no Brasil. Nesse projeto de pesquisa, investiga-se o pensamento de Anísio Spínola Teixeira sobre o papel relevante da educação para a formação voltada ao exercício da cidadania e à constituição de uma cultura política de valorização do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Trata-se de um autor que retrata em livros, ensaios e conferências a história nacional até meados do século XX caracterizada pela exclusão da vida política de grande parcela da população, por um Estado inoperante por causa da excessiva burocratização e incompatibilidade entre as ações do governo central e as realidades locais, pelos privilégios e controle do poder político nos estados por uma elite tradicional agrária e pelas profundas desigualdades e injustiças sociais.

A partir da análise desses diversos fatores históricos que impediriam a formação da cidadania plena e a consolidação do regime democrático no país, Anísio acredita que a educação seria um fator essencial para a conformação de uma cultura política de participação ativa e

consciente da população na política nacional e de respeito às instituições públicas democráticas e legalmente constituídas. Nesse sentido, a escola pública seria uma instituição primordial para a mudança da realidade histórica do país de exclusão social e política de grande parcela da população nacional, desconhecimento dos direitos e deveres pelos cidadãos e desprestígio e ataque ao Estado Democrático de Direito. Na perspectiva anisiana, a educação exerce a importante tarefa de propiciar os aprendizados, as experiências, as condições elementares e os instrumentos didático-pedagógicos capazes de contribuir para a constituição de uma cultura política de valorização e utilização consciente dos mecanismos institucionais e meios legais proporcionados pelo regime democrático para o exercício da cidadania plena.

A Teoria da Educação de Anísio Teixeira apresenta um projeto de política educacional para o Brasil no qual se discute iniciativas de melhoria da educação pública básica visando à superação de problemas estruturais como, por exemplo, a educação primária precária, a inexistência de parâmetros oficiais para a avaliação da qualidade do ensino ofertado pelas escolas primárias e secundárias, a mentalidade equivocada sobre a incompatibilidade entre o ensino propedêutico e técnico-profissional, a desigualdade no acesso aos níveis mais elevados de ensino entre indivíduos de diferentes origens sociais, a má formação dos docentes e a desvalorização social da carreira do magistério, entre outros. Entre as medidas propostas por Anísio para a superação dos problemas da educação pública básica, consta o estudo da cultura brasileira e a construção da identidade nos programas curriculares.

Este artigo, que aborda o estudo da cultura nos programas curriculares da educação básica no pensamento de Anísio Teixeira tem uma natureza qualitativa. Trata-se de um trabalho que tem como metodologia a análise interpretativa sobre a concepção deste educador do currículo e da relevância do estudo da cultura ao longo dos diversos conteúdos escolares para a construção de identidades. Adota-se como fonte primária a produção intelectual de Anísio no campo educacional, na qual constam as suas reflexões sobre a necessidade de que os currículos constituam-se peças vivas do sistema escolar sob a condição da devida adaptação à realidade histórica e às demandas sociais. Além disso, são utilizadas como fontes secundárias livros que tratam dos temas currículo, cultura e identidade na obra do educador.

O estabelecimento de programas curriculares com uma parte fixa e outra variável para que se garanta uma formação básica comum necessária a todos os estudantes do país sem que isso implique negar a existência das especificidades locais e das pluralidades culturais nas diversas regiões que integram o território nacional e a presença de conteúdos escolares baseados no estudo das produções e manifestações culturais nacionais e regionais como fator importante para a construção da identidade dos alunos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Anísio Teixeira compreende os currículos como documentos que devem apresentar os princípios gerais, os objetivos, os métodos de ensino e as finalidades das disciplinas e de seus respectivos conteúdos nos diferentes níveis de ensino, orientando o trabalho pedagógico dos docentes em sala de aula. Simultaneamente, tais pontos presentes nos programas curriculares baseiam-se na concepção de educação escolar e na compreensão de seus fins políticos e sociais existentes em cada período histórico. Sendo assim,

quando os objetivos da educação se circunscreviam à finalidade política e intelectualista do século XIX, o problema de organizar o programa também se circunscrevia a uma seleção inteligente de matérias e de técnicas escolares,

destinadas a dar ao aluno um conjunto de informações e de hábitos, capazes de fazê-lo um cidadão leal ao regime, a que a escola servia, e com habilidade bastante para participar utilmente na economia própria e na de seu país. A aquisição de certas técnicas - leitura, escrita, aritmética, desenho e música; a memorização de alguns compêndios de geografia, história e ciência; e a educação de certa destreza manual em trabalhos de oficina e jardinagem, - nisso se resumia o programa. A escola visava a ensinar à criança tudo aquilo que ela, quando adulto, não podia ignorar. A larga experiência escolar do século XIX, os estudos sobre a criança e o próprio caráter de nossa civilização vieram demonstrar que, não somente os objetivos colimados pela escola tradicional não eram real e efetivamente atingidos, como ainda que as novas condições estavam a exigir a transformação da própria finalidade da escola (TEIXEIRA, 1967a, p. 58-59).

As disciplinas são constituídas por conteúdos resultantes da produção científica e cultural produzida em cada área do conhecimento ao longo da história da humanidade, sendo inquestionável a importância do aprendizado deste legado para a formação básica de todos os estudantes do país. Entretanto, os saberes produzidos pela humanidade até a atualidade constitui um acervo de conhecimentos tão rico e abundante que exige uma seleção daqueles conteúdos que devem fazer parte dos programas curriculares em decorrência das demandas, dos anseios, das necessidades e da realidade vivenciada pelos indivíduos e pela coletividade no tempo presente. Por isso, todo currículo deve consistir

em uma série de atividades que representem as atuais necessidades da vida e sendo essas necessidades, em seu quadro geral, mais ou menos permanentes, é sempre possível prefixá-las em um estudo central, que discrimine os principais objetivos da escola. Os programas podem marcar a orientação geral e fornecer elementos abundantes para permitir a escolha e para guiar e auxiliar os professores na direção das classes. No mesmo quadro, ainda é possível determinar, com a necessária flexibilidade, muitas atividades particulares em que os alunos se podem empenhar para que venham a crescer e se desenvolver de forma adaptada ao meio em que vivem (TEIXEIRA, 1967a, p. 64-65).

Todavia, o sucesso no processo de ensino dos saberes acumulados ao longo da história da humanidade está diretamente relacionado à motivação e ao interesse do aluno por sua aprendizagem. Tal aspecto demanda a percepção da relevância dos conteúdos escolares por parte do discente para a construção de sua identidade enquanto membro de uma coletividade que possui determinados hábitos, valores, costumes, comportamentos, tradições e visões de mundo (cultura), a constituição de sua personalidade e individualidade a partir do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional e a formação de um conjunto de saberes que poderão ser mobilizados para a sua compreensão do meio físico, social e a solução dos problemas com os quais venha a deparar-se ao longo de sua existência, uma vez que os saberes escolares são efetivamente aprendidos e incorporados à bagagem intelectual do indivíduo quando atendem à principal finalidade da educação: orientar um modo de agir consciente diante das diversas experiências existenciais. A respeito deste último aspecto, Anísio Teixeira afirma que

todo o material da instituição escolar contido nos programas deve, em última análise, representar, tão-somente, a sistematização daqueles fatos e ideias reputados úteis ou necessários para promover a participação da criança na sociedade (TEIXEIRA, 2006, p. 65-66).

Não conviria que o currículo fosse um documento que orientasse o ensino conteúdos teóricos e abstratos que, no futuro, as crianças e os jovens transportariam por conta própria para suas vidas, tornando-as melhores. Pelo contrário, o isolamento dos conhecimentos e saberes escolares da vida atual do discente e de seu meio perverteria o real objetivo de todo trabalho pedagógico, que não deveria ser a formação puramente informativa, intelectualista e artificial para a vida, mas sim a capacitação constante do indivíduo a viver melhor e adaptar-se às condições de seu meio no presente. Em outras palavras,

desde que a escola e a vida não mais se distinguem, aprender importará sempre em uma modificação da conduta humana, na aquisição de alguma coisa que reaja sobre a vida e, de algum modo, lhe enriqueça e aperfeiçoe o sentido. Semelhante concepção de aprendizagem altera, substancialmente, o conteúdo e os métodos da escola. Está claro que não basta, para isso, aprender uma informação. Pode-se saber tudo a respeito de dentes: a sua estrutura, a causa de suas cáries e de suas moléstias e, ainda assim, nada disso alterar a conduta prática na vida. Nenhum processo mecânico é suficiente para a aquisição do aprendizado para a vida. A criança tem que ser levada em conta. E, com ela, os seus interesses, os seus impulsos, os seus desejos, os seus receios, os seus gostos e os seus aborrecimentos. Tudo isso contribui para que se aprenda ou para que não se aprenda. Para que se aprenda mal e para que se aprenda bem. Ao lado da lição que se quer ensinar, vão-se também e simultaneamente ensinando hábitos, disposições e atitudes, que têm maior importância educacional do que o objeto original de ensino (TEIXEIRA, 1967a, p. 60).

Partindo-se do pressuposto de que currículo é o documento que orienta o processo de ensino, ele precisa ajustar o aprendizado dos conteúdos ao meio e aos interesses do aluno. Somente assim, o programa curricular será uma peça viva do sistema escolar e não uma peça ornamental desconectada da realidade estudantil e entregue aos professores para que, na medida do possível, seja executado em sala de aula, divorciando-se, assim, o ensino das condições de uma verdadeira aprendizagem, pois,

o aluno, não vendo nenhuma relação da ‘matéria’ com a sua vida presente ou qualquer empreendimento em que esteja empenhado, não pode ter *motivo* para se esforçar; não tendo motivo, não pode ter desejo ou intenção de aprender (salvo motivos artificiais ou falsos); não tendo a intenção de aprender, não pode assimilar ativamente a matéria, integrando-a à sua própria vida. Tudo deve ser ensinado, tendo em vista o seu uso e a sua função na vida. Nem se diga que isso venha a impedir os ‘exercícios’ escolares e tornar, assim, impossível a aprendizagem de muita coisa. Muito pelo contrário. Se a criança percebe o lugar e a função que tem aquilo que vai aprender, seu intento de aprender dá-lhe impulso para todos os ‘exercícios’ necessários. A escola tem que adotar como unidade do seu programa a ‘experiência’ real em vez da ‘lição’, se é que deseja satisfazer a sua finalidade (TEIXEIRA, 1967b, p. 36-37).

Nesse sentido, é fundamental, para Anísio Teixeira, que, além da parte fixa constituída por conteúdos essenciais para a formação básica comum a todos os estudantes do território brasileiro, os programas curriculares tivessem uma parte variável composta por temas e disciplinas que fossem de livre escolha das comunidades escolares e do interesse dos estudantes e enfatizassem

as coisas locais e regionais para que o ensino se ajuste mais vivamente às necessidades e aptidões do aluno. Se ao invés de programas rígidos, a legislação possibilitar programas mínimos e sugestões amplas para a sua execução, haverá a aproximação entre a vida e a escola, o fortalecimento de sua finalidade social e o atendimento às necessidades do estudante e condições locais (TEIXEIRA, 1997, p. 113).

A parte variável dos currículos repercutiria as diversidades regionais e as multiplicidades culturais existentes no Brasil e possibilitaria aos alunos o estudo de suas realidades próximas, impedindo-se o distanciamento entre as escolas e as comunidades. Tratar-se-ia da elaboração de programas curriculares que contribuíssem para a constituição de um sistema educacional brasileiro que fosse ciente de suas responsabilidades quanto à formação de indivíduos conhecedores de seus respectivos meios físicos e sociais e identificados com as diversas expressões culturais locais. Em outras palavras, os currículos devem ter como um de seus princípios gerais a ideia de que

a liberdade de diversificação regional, o ajustamento e a adaptação aos particularismos e às condições locais são elementos essenciais para o enriquecimento e a vida de uma cultura e, na extensão continental do Brasil, estas são as nossas esperanças de poder desenvolver uma cultura orgânica e vivaz, e uma verdadeira civilização brasileira (TEIXEIRA, 2005, p. 72).

A pluralidade social e cultural do país é incompatível com currículos rigorosamente uniformes em todo o território nacional. A escola genuinamente integrada à realidade brasileira é aquela instituição que reflete melhor as condições locais, esforçando-se por pautar o seu ensino em conteúdos e práticas educacionais ajustáveis às múltiplas variedades de cultura e condições sociais do Brasil. Para Anísio Teixeira,

a escola, sendo um dos processos de transmissão da cultura e de transmissão em grande parte consciente, ajuda e promove a unidade cultural, na medida em que retratar essa cultura com fidelidade e riqueza, em todo o seu dinamismo. Na medida, porém, em que a deformar ou a retratar só parcialmente, ou se recusar a lhe perceber as diversificações e as mudanças, poderá operar como um fator de bloqueio, de estagnação e, por conseguinte, de desagregação ou de degeneração (TEIXEIRA, 2005, p. 83).

Na perspectiva anisiana, a cultura não é algo estagnado no tempo, uma vez que os hábitos, as tradições, os costumes, as visões de mundo e os comportamentos estão sujeitos a mudanças com o decorrer das sucessivas gerações num dado meio social. Além disso, tinha a convicção de que somente com o conhecimento da cultura e da realidade do país as novas gerações poderiam desenvolver o espírito crítico, o pensamento reflexivo, a ação consciente e a experimentação de soluções plausíveis para os problemas histórico-estruturais da sociedade brasileira. Logo, pode-se deduzir que

Anísio sempre esteve engajado na luta para construir uma nação que fosse soberana e que pudesse tratar seus filhos com dignidade. Costumava colocar-se hipoteticamente fora dela, nação, para poder olhá-la na sua interação com o resto do mundo, comparando a forma como as outras nações, em cada época,

enfrentaram os desafios que estaríamos por enfrentar. E com isso reforçava a sua convicção de que, só com o mais amplo aprofundamento da consciência cultural nacional é que poderemos equacionar e encaminhar a solução dos nossos problemas (ROCHA, 2002, p. 23).

Anísio Teixeira defende o princípio pedagógico de que o aluno não é apenas o mero receptor de uma herança cultural responsável por despertar nele um sentimento de pertencimento e identificação com uma dada coletividade, mas também um ator social que deve ter a consciência de seu papel ativo para preservação, transmissão e transformação da cultura em suas diversas formas de expressão. Ademais, é primordial o despertar de uma atitude de valorização à pluralidade cultural. Portanto,

na medida em que formos conhecedores de nossa cultura, nessa medida seremos instrumentos de sua unidade, pois esta decorrerá muito do grau de consciência que temos de suas diversidades e do sentido orgânico que deste modo lhe dermos. Professores e alunos pertencem à mesma cultura, falam a mesma língua, pensam e sentem e se conduzem dentro das mesmas uniformidades e variedades que caracterizam a cultura brasileira, cujo enriquecimento e florescimento dependerão do grau e extensão com que aquelas diversificações sejam mantidas e se comuniquem e se influenciem mutuamente (TEIXEIRA, 2005, p. 70).

A unidade nacional num país com a extensão territorial e a multiplicidade de culturas e condições sociais como Brasil existe a partir do instante em que há o entendimento dessa diversidade por parte dos brasileiros desde a infância, no qual os currículos escolares terão um relevante papel a desempenhar. Dessa maneira,

a educação ajustada às condições culturais brasileiras se fará autêntica e verdadeira, identificando-se com o país e ajudando a melhor descobri-lo, para cooperar, como lhe cabe, na grande tarefa de construção da cultura brasileira, flor mais alta da sua civilização (TEIXEIRA, 1957, p. 68).

Todo programa curricular deve contribuir para o conhecimento das culturas locais, regionais e nacional responsáveis pela constituição das identidades individuais e de pertencimento coletivo, a reflexão sobre o processo de transformação das culturas em várias sociedades e civilizações ao longo da história da humanidade, o respeito à diversidade e a convivência com o “outro” e as suas diferenças culturais. Assim, na medida em que formos “conhecedores de nossa cultura, nesta medida seremos instrumentos de sua unidade, pois esta decorrerá muito do grau de consciência que temos de suas diversidades e do sentido orgânico que deste modo lhe dermos” (TEIXEIRA, 1976, p. 329).

O maior equívoco de qualquer currículo é negligenciar que os conteúdos escolares devem ter como objetivo principal a aquisição de conhecimentos e saberes que contribuam diretamente para a formação de hábitos, atitudes e disposições que constituam o caráter e a visão de mundo do aluno, despertem-no o espírito crítico e estimule o interesse pelo permanente aprendizado a partir da convivência social e das experiências pessoais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi alcançado ao apresentar a proposta de Anísio Teixeira de elaboração de programas curriculares que contribuam para a interação entre a escola e a vida como um relevante legado para o pensamento pedagógico nacional. Todo currículo deve ser constituído por princípios, objetivos, métodos e finalidades das disciplinas e de seus respectivos conteúdos que levem em consideração as especificidades locais e regionais, a pluralidade cultural e os diversos interesses dos estudantes que compõem o sistema educacional brasileiro. Além da produção científica e cultural ao longo da história da humanidade que deve ser ensinada pela parte fixa que todo programa curricular deve propor para a garantia de uma formação básica comum a todo estudante brasileiro. É fundamental a existência de uma parte variável no currículo que contenha disciplinas e conteúdos escolhidos pelas comunidades escolares e voltados para o estudo de temas relacionados ao bairro, à cidade, à região e ao estado, sobretudo, de suas diversas expressões culturais.

A partir da análise sobre a relação entre currículo, estudo da cultura e construção da identidade presente no pensamento educacional de Anísio Teixeira, conclui-se que se faz necessária a aproximação entre os saberes abordados em sala de aula e a realidade próxima dos alunos, possibilitando assim, à escola constituir-se uma instituição social que atua diretamente na difusão das culturas nacional, regional e local, no respeito à diversidade diante da percepção da existência de pluralidade cultural em diferentes tempos e espaços históricos e na construção das identidades individual e coletiva dos estudantes.

Os programas curriculares devem incorporar as reais necessidades, os anseios e as demandas dos indivíduos e da coletividade a partir da presença nos documentos de objetivos gerais, princípios teóricos, métodos de ensino, recursos didáticos e conteúdos que orientem o trabalho pedagógico dos docentes baseado nos interesses, nas competências e habilidades pessoais e nas experiências de vida de cada aluno. Dessa maneira, é possível modificar a percepção entre os estudantes sobre a “artificialidade” dos conteúdos abordados em sala de aula decorrentes da desconexão entre estes e a vida da comunidade com os seus problemas cotidianos e a sua cultura.

Ao incorporar o estudo da cultura no processo de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares, a escola deixa de ser uma instituição isolada da realidade local, regional e nacional para se tornar um centro de difusão e valorização das diversas formas de manifestação da cultura brasileira, contribuindo assim, para a construção da identidade individual e coletiva dos estudantes e o desenvolvimento de hábitos e atitudes de tolerância, respeito e convívio harmônico com a diversidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a educação na Bahia. In: ABREU, Jayme et al. **Anísio Teixeira: pensamento e ação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 1-68.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 de maio de 2021.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e ideias atuais**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 1989. 88p.

ROCHA, João Augusto de Lima. Apresentação. In: ROCHA, João Augusto de (Org.). **Anísio em movimento**. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 21-25.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. A falta da universidade moderna para a formação da cultura nacional - cerca de 1970. In: ROCHA, João Augusto de Lima (Org.). **Anísio em movimento**. 1. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, p.275-287.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **A educação e a crise brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. 424p.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Aspectos americanos de educação**: Anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. 220p.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Por que “Escola Nova”? **Revista Educação**: Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 8-26, outubro 1930.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 146p.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967a. 150p.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. A pedagogia de Dewey: estudo introdutório. In: DEWEY, John. **Vida e educação**. Trad. Anísio Spínola Teixeira. 6. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967b, p. 13-41.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; Instituto Nacional do Livro, 1976. 384p.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 262p.

**Submetido em:** setembro de 2022

**Aprovado em:** dezembro de 2022